

2

O Mercosul, a Europa e a nova ordem mundial

O processo de globalização que se acelera nas duas últimas décadas, e a implosão da União Soviética em 1991, geraram novas condições internacionais caracterizadas, economicamente, pela tendência para a formação de um grande mercado mundial relativamente unificado, e politicamente, pelo término do regime bipolar que regulava o mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Como já tive oportunidade de salientar em outros escritos, a globalização ora em curso constitui a terceira onda de um processo iniciado no século XV com as descobertas marítimas (chegada de Colombo à América, e descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama). As descobertas marítimas geraram as condições que conduziram ao mercantilismo, com o qual se configurou a primeira onda de globalização. A revolução industrial constituiu a segunda onda de globalização, acentuando e ampliando o alcance da primeira. A revolução tecnológica contemporânea gerou, em escala incomparavelmente mais universal e abrangente, a terceira e actual onda de globalização.

Nas suas três distintas etapas, o processo de globalização caracterizou-se sempre pela formação de uma polaridade entre um centro – mercantil, industrial ou tecnologicamente predominante – e uma periferia compelida a manter com o centro relações assimétricas desfavoráveis de intercâmbio. Estima-se que a vantagem do centro relativamente à periferia era, no mercantilismo, da ordem de 2 para 1, de 10 para 1 no período industrial, e situa-se actualmente na ordem de 30 para 1.

No que se refere à ordem mundial, o colapso da União Soviética deixou os Estados Unidos como única superpotência. A incontestável predominância económica, tecnológica e militar dos Estados Unidos encontra, no processo de globalização, condições ideais para a expansão e consolidação da sua hegemonia, conducente a uma nova ordem mundial, sob a forma de uma *Pax Americana*. O processo de formação dessa nova ordem mundial, embora se encontre em avançado estágio de realização, defronta-se, no entanto, com obstáculos internos e externos que abrem espaço para um modelo alternativo da ordem mundial, a *Pax Universalis*.

A globalização

O presente processo de globalização caracteriza-se pelo facto de as novas condições tecnológicas, baseadas nas múltiplas aplicações da cibernética, das comunicações instantâneas e de meios super-rápidos de transporte a longa distância, terem modificado profundamente o sistema produtivo mundial. Por um lado, procedeu-se a uma descentralização desse processo, de modo que, em virtude de critérios de optimização de custos e vantagens, partes de um produto industrial podem ser produzidas em uma região, a sua montagem fazer-se noutra e a administração do sistema numa terceira região. Esse processo requer um mercado mundial aberto, com padronização internacional de normas técnicas e mercantis, sem entraves alfandegários ou de outra natureza. Em suma, um mercado mundial livre.

As condições geradas pela globalização afectam de forma muito diferenciada os diversos países do mundo, conforme se situem em três patamares distintos, correspondentes: (1) aos países de alta competitividade, (2) aos países consolidadamente ajustados à produção e exportação de produtos primários e (3) aos países de avançada industrialização que, todavia, se situem internacionalmente em condições de subcompetitividade.

Os países super-competitivos, à frente dos quais se encontram os Estados Unidos, só têm a ganhar com a globalização. Por um lado, porque lhes abre todos os mercados do mundo maximizando a sua capacidade de venda. Por outro, porque lhes permite optar, em escala mundial, pelas condições socio-geográficas mais vantajosas para a instalação dos seus sistemas produtivos.

Para os países que se consolidaram na condição de produtores de bens primários, a globalização acarreta vantagens semelhantes, abrindo o mercado mundial para seus produtos. Por outro lado, a globalização rigidifica-os na posição de produtores primários.

É para os países em avançado estágio de industrialização que, todavia, não alcançaram um nível satisfatório de competitividade internacional, que o processo de globalização acarreta efeitos extremamente negativos (particularmente graves para os países de grande dimensão, como a China, a Índia, a Rússia e o Brasil). Com efeito, estes países passam a defrontar-se com um dilema perverso. Se se abrem ao mercado mundial, seguindo a pressão das grandes potências e dos organismos internacionais, são conduzidos ao sucateamento da sua indústria subcompetitiva, compensado, apenas parcialmente, pelos modernos sectores produtivos que as empresas transnacionais neles resolvam instalar, ao preço, sem embargo, da desnacionalização de tais países. Se, diversamente, tentarem proteger-se da super-competitividade das grandes potências mediante os instrumentos clássicos do proteccionismo, pagam o preço de uma obsolescência crescente e sofrem severas retaliações das grandes potências e dos organismos internacionais.

Uma possível solução

Apesar das sérias dificuldades com que se deparam, os países de avançada mas subcompetitiva industrialização podem superar o dilema em que se encontram. Para esse efeito, necessitam dar atendimento a três condições principais: (1) inserir-se em mercados regionais suficientemente amplos para permitir modalidades não obsoletas de proteccionismo; (2) adoptar medidas apropriadas para, no âmbito desses mercados regionais satisfatoriamente protegidos, conduzirem, o mais rapidamente possível, os seus sectores mais eficientes a níveis razoáveis de competitividade internacional; (3) mobilizar, nomeadamente através dos mercados regionais em que se insiram, condições de negociação internacional suficientes para sustentar as duas condições precedentes.

No caso do Brasil e demais partícipes do Mercosul, este é o mercado regional que lhes permitirá satisfazer as três condições precedentemente enumeradas. Importa, apenas, que o Mercosul adopte as medidas possíveis para a sua expansão no âmbito da América do Sul incorporando, desejavelmente, todos os países da região. Para uma maximização eficaz da capacidade competitiva dos seus sectores produtivos mais eficientes, os países do Mercosul deverão adoptar a prática da livre concorrência no interior do mercado comum. Os sectores que nele se revelarem mais competitivos são os que terão possibilidade de atingir níveis internacionais de competitividade.

Por outro lado, para que o regime de livre concorrência interna seja vantajoso para todos os países do Mercosul, importa adoptar medidas que permitam que as vantagens da maior competitividade não fiquem restritas ao país a que pertençam as empresas mais eficientes ou ao território nacional em que operem, mas sejam compartilhadas por todos os partícipes. Entre as diversas formas que permitam atingir esse benefício de coparticipação, avulta a formação de *tradings mercosulistas* de que sejam accionistas as instituições dos diversos países membros, *pro rata* de critérios apropriados. Assim concebidas, as empresas competitivas do Mercosul convertem-se em plataformas de exportação da região, em benefício de todos os partícipes.

O Mercosul e a ALCA

O projecto de constituição, até 2005, de um sistema pan-americano de comércio livre – a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – é estruturalmente incompatível com o Mercosul e com os benefícios que os partícipes deste possam usufruir desse mercado comum. É precisamente para protegê-los da economia mais competitiva do mundo que as economias subcompetitivas do Mercosul necessitam desse mercado. As três condições precedentemente enumeradas de que depende a superação da presente subcompetitividade dos membros do Mercosul, seriam automaticamente desatendidas se os países em questão ingressarem num livre mercado pan-americano antes de a competitividade média das suas economias (ou do Mercosul, no seu conjunto) se equiparar satisfatoriamente à competitividade norte-americana.

O Mercosul e a União Europeia

Uma estreita e bem concebida articulação do Mercosul com a União Europeia – desde que os principais obstáculos que se antepõem a tal projecto sejam inteligentemente contornados ou compensados – apresenta-se como um objectivo de forte relevância económica para ambas as partes e de decisiva e urgente importância estratégica para o mundo.

Diversamente do que ocorre no caso dos Estados Unidos, a União Europeia é um conjunto de países muito diferenciados, em relação à maioria dos quais, bem como em relação à maioria das transações que se efectuem entre os dois blocos, o Mercosul não é subcompetitivo. Por tal razão, uma

articulação apropriada entre o Mercosul e a União Europeia tenderá, economicamente, a ser reciprocamente vantajosa, e politicamente, revestir-se-á da mais alta relevância estratégica.

O tipo de articulação desejável entre as duas partes em questão requer a adopção de um regime de equidade racional, que atenda satisfatoriamente às necessidades agrícolas da Europa, e compense, também satisfatoriamente, os aspectos mais relevantes da subcompetitividade relativa do Mercosul. É evidente a futilidade de se conceber um acordo astucioso, que acarrete resultados desequilibrados entre as duas partes. Diversamente, um regime de relacionamento económico racionalmente equitativo e equilibrado acarretará os maiores benefícios para ambas as partes e para o seu posicionamento internacional. Extravasar-se-ia as dimensões deste breve texto qualquer intento de dar maior elaboração a essa questão. Basta mencionar, como indicação da plena viabilidade de tal tipo de acordo, o facto de que o intervalo de competitividade média do Mercosul em relação à União Europeia é significativamente menor que o intervalo que, na União Europeia, separa seus partícipes mais desenvolvidos dos menos desenvolvidos.

A nova ordem internacional

Mais do que importantes benefícios económicos comuns, uma estreita articulação política entre o Mercosul e a União Europeia reveste-se da mais alta relevância estratégica para o mundo. Reduzindo tão complexa questão aos seus termos mais simples, pode-se observar, como precedentemente já foi mencionado, que o sistema internacional se defronta actualmente com a construção de uma nova ordem mundial que comporta duas soluções alternativas: *Pax Americana* ou *Pax Universalis*.

Já foram apresentados, precedentemente, os principais aspectos relacionados com a *Pax Americana*. Mencione-se apenas, como se antecipou, que esse projecto, embora se encontre em avançada fase de realização, se defronta com importantes obstáculos internos e externos. O principal obstáculo interno decorre da recusa, por parte do povo americano, de arcar com os sacrifícios materiais e humanos requeridos para a construção de um império mundial americano. Acrescente-se que, na medida em que a elite do poder americana logre contornar esse obstáculo, mediante expediente de alta tecnologia que permita excluir significativos sacrifícios humanos (como ocorreu recentemente nas guerras do Golfo e da Jugoslávia), os requisitos para que se efectue eficazmente um projecto de império americano mundial revelam-se incompatíveis com a preservação da democracia americana. Os precedentes históricos nesse sentido são inequívocos: a conversão da República Romana em Império Romano fez-se, a partir de César, à custa das suas instituições democráticas.

Ademais de obstáculos internos, a *Pax Americana* defronta-se com obstáculos externos, como também já pode ser observado. A China, a Rússia, a Índia, o mundo islâmico e outras potências – embora, mesmo conjuntamente, não disponham presentemente de condições de poder comparáveis às dos Estados Unidos – já dispõem de condições para se manterem fora da órbita da hegemonia americana. Por outro lado, tudo indica que, a longo prazo, a China se tornará uma nova superpotência e a Rússia recuperará o seu antigo nível de poder, para além dos progressos inevitáveis que serão alcançados por outras potências. Deste modo, a *Pax Americana*, ademais dos sacrifícios fatais que imporá aos valores liberais da sociedade americana e à sua democracia doméstica, tenderá, no longo prazo, à formação de uma nova e perigosa bipolaridade entre o mundo americano e o mundo Sino-Russo. Essa nova bipolaridade, se não conduzir a uma suicida terceira guerra mundial, terá necessariamente de ser resolvida por um compromisso que conduza a uma *Pax Universalis*.

O mundo, entretanto, pode ser desde já encaminhado para uma *Pax Universalis*, dentro de um regime multipolar coordenado sob a égide das Nações Unidas. Condição fundamental para que o mundo siga essa orientação é a adopção, pela União Europeia, de uma política externa própria, um de cujos requisitos é a estreita articulação com a América Latina, através da sua instância operacional que é Mercosul. Uma outra condição, é a adopção de um sistema colegiado de regulação do mundo no qual os Estados Unidos disponham de condições que assegurem o pleno atendimento dos seus interesses nacionais. A *Pax Universalis*, que já foi prevista e preconizada por Kant como a única solução dos problemas internacionais, é uma construção da racionalidade equitativa, que pode ser encaminhada desde já por uma inteligente iniciativa Euro-Latino-Americana, ou que tenderá a emergir, na segunda metade do próximo século, depois de o mundo atravessar um novo e perigosíssimo regime bipolar.